

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Plano Estratégico Plurianual de Requalificação e Modernização da Rede de Tribunais 2018-2028, apresentado pelo Governo em maio de 2018, prevê um conjunto de intervenções nos tribunais algarvios, designadamente:

- Albufeira - Locais de detenção;
- Faro - Obras de conservação (no Edifício Estamo), locais de detenção;
- Lagos - Obras de reabilitação do edifício, locais de detenção, acessibilidades;
- Loulé - Obras de beneficiação e remodelação, locais de detenção;
- Monchique - Locais de detenção, acessibilidades;
- Olhão - Locais de detenção;
- Portimão - Ampliação do arquivo, locais de detenção;
- Silves - Locais de detenção;
- Tavira - Instalação de uma nova sala de audiências, locais de detenção;
- Vila Real de Santo António - Obras de conservação, locais de detenção.

Para estas intervenções o referido Plano prevê 1.814.045 € no período 2018-2022 e outros 1.814.045 € no período 2023-2028. De acordo com a resposta do Governo à pergunta n.º 598/XIII/4ª, do PCP, «a maior parte deste investimento reporta-se, no entanto, aos Palácios de Justiça de Loulé e Lagos».

Entende o PCP que as intervenções previstas ficam muito aquém do necessário. Por exemplo, deveriam estar contempladas novas instalações para o Tribunal de Albufeira (vide pergunta do PCP n.º 569/XIII/4ª, de novembro de 2018), assim como a construção de um moderno e funcional Palácio da Justiça na cidade de Faro (vide pergunta do PCP n.º 598/XIII/4ª, de novembro de 2018).

Assinala-se, também que o investimento médio anual previsto para os tribunais algarvios é de apenas 330 mil euros, uma gota de água para fazer face às necessidades de requalificação, remodelação e modernização funcional desses tribunais.

O Plano Estratégico Plurianual de Requalificação e Modernização da Rede de Tribunais 2018-2028 não apresenta um calendário, mesmo que aproximado, para a concretização das (parcas) obras previstas para os tribunais algarvios, pelo que interessa que o Ministério da Justiça clarifique quando pretende avançar com essas obras.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério da Justiça, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Considera o Governo que um investimento médio anual de 330 mil euros, no período de 2018 a 2028, é suficiente para fazer face às necessidades de requalificação, remodelação e modernização funcional dos tribunais algarvios? Tenciona o Governo reforçar esta verba, adequando-a às reais necessidades dos tribunais da região?
2. Qual o calendário previsto pelo Governo para execução das obras previstas nos tribunais algarvios? Quais dessas obras avançarão ainda em 2019?

Palácio de São Bento, 23 de janeiro de 2019

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

ANTÓNIO FILIPE(PCP)